

Estilo madeirense

IMAGINE-SE alguém que trata os seus adversários políticos de "impostores, cobardes, gente de má-fé", que os considera com desprezo "o mundo triste do medo, do ressentimento e do provincianismo". Quando os "democratas" supõem deter a verdade absoluta, desaparecem as "boas maneiras democráticas" que tanto apregoam, e eles tornam-se paranóicos, crêem-se acossados por legiões de sinistros conspiradores. Aí estão eles, mais uma vez, a bater no Jardim - pensam os leitores. Pois não é o caso. Aquelas citações iniciais são retiradas de um Editorial do Director do "Público", que, esquecida a respeitabilidade que

gosta de assumir, adopta aqui, na véspera do referendo francês, o estilo do seu conterrâneo para (ingenuamente) apresentar Maastricht como a salvação de todos nós - isto no momento em que os mais "respeitáveis" órgãos da imprensa internacional já consideravam Maastricht como um nado-morto, fosse qual fosse o resultado da votação. Isto quando, nas páginas do seu próprio jornal, um cronista dominical, o Engº Rogério Martins, vem pacientemente produzindo reflexões sobre a matéria, que, embora discutíveis, conseguem situar o debate a um nível de informação e de argumentação que naturalmente dispen-

sam o insulto e a diatribe. Percebe-se que Cavaco exulte com o "Sim", ele que de outro modo teria de gerir uma recessão sem os álibis da "Convergência" e sem a muleta dos generosos fundos europeus (e é bem provável que o tenha de fazer apesar do "Sim"). Percebe-se que o Engº Pimenta, que na TV (na "noite francesa") disse verdadeiras enormidades sobre as virtudes de Maastricht, ele que, sem isso, continuará pelos corredores do Parlamento Europeu reduzido a brilhantes exibições de retórica politicamente impotente. Mas não se vê o que poderá ter feito perder a tal ponto a contenção ao jornalista Vicente Jorge Silva.

K R Ó N I K A

de Luísa Costa Gomes

Porque nada se sabe

JÁ SE DISSE alguma coisa sobre o tratado de Maastricht, já se discutiu alguma coisa sobre as consequências, e no entanto, não se disse quase nada. Talvez porque não seja possível dizer nada. A um lado e a outro, e isso foi patente no debate francês anterior ao referendo, reinou o terror. Os apóstolos do sim jogaram no medo, que é sempre um valor seguro, e acenaram com o fantasma mais terrível desta época: o da recessão económica. A crise cambial que, muito a propósito, abalou o SME, foi chamada como prova de necessidade da Europa Total. E em vez de, sensatamente, se pôr em questão um sistema tão débil que ameaça desmoronar-se à primeira malfetoria do Banco Alemão, concluiu-se que era necessário avançar ainda mais depressa para a moeda única.

Os que se negam a esta correria, os maus da fita que não querem a EUROPA, agitam outro espectro, o da perda de soberania, como se ela não tivesse já acontecido. Chamam a atenção para o défice democrático, como se ele não existisse já. Temem a uniformização e a burocracia. E dizem não a esta construção europeia, ideal de tecnocratas alucinados, na esperança de que desta crítica saia um bónus qualquer para a nossa própria democracia.

Toda a discussão é emotiva, o que não é necessariamente mau. É racionalização e especulação que projectam no futuro terrores históricos e paranóias pessoais. O Tratado, visto em si mesmo, diz o que se quiser - basta torcer a interpretação no sentido mais conveniente no momento. Os princípios que estabele-

ce podem ser aplicados arbitrariamente, como todas as regras que se fazem passar por técnicas e são, de facto, políticas.

O que se revela na discussão, à falta de conhecimentos concretos sobre o que o futuro e os tecnocratas do futuro vão entender sobre o Tratado, é uma separação fundamental entre aqueles que consideram que a governação é uma questão técnica, baseada na coisa económica e especialidades afins, e outros, quicá mais chatos e mais antiquados, que consideram que deve haver participação do cidadão, seja ele incompetente e ignorante, na escolha das guerras que hão-de vir. São comunistas, são de direita, são marginais a quem o poder irrita e incomoda.

Há vazios de ideias e ausência de alternativas, neste fim de século. A lógica que hoje se desenha para a Europa e é esse o desígnio que me parece mais terrível, é a de uma superpotência. Com a queda do Leste, abriu-se vaga para um superpoder que possa dividir o mundo com os Americanos e os Japoneses. E Portugal, que já estava com saudades da grandeza sem compromissos do Império, apanha o bote de salvação para a Europa. Parece inevitável.

Neste momento, julgo que as únicas certezas absolutas que se podem acarinhar são as nossas dúvidas. Uma repartição tão equilibrada do sim e do não em França - e por outro lado na Europa - aponta sobretudo para a ambiguidade de quase todos os argumentos. Por exemplo, o argumento da Alemanha. É o mais ardente desejo de todos

manter a Alemanha no seu lugar, como se isso fosse possível. Dentro da comunidade? Fora da comunidade? Com o Leste todo à disposição do poder de compra alemão, não se vê muito bem qual é a diferença. Dentro da comunidade, como poder económico mais forte, ditará as regras ao mercado, decidirá quais as guerras justas, quais as acções humanitárias dignas. Este é um desequilíbrio fundamental da comunidade, a existência de um parceiro que tem as condições e os meios para impor a política expansionista que mais lhe convém. Menos integrada na comunidade fará exactamente o mesmo e fá-lo-á sózinha.

Os políticos já dizem, depois da brutal derrota do sim em França (quarenta e nove por cento de não e trinta de abstenções dá para tirar a vontade a qualquer advogado do sim), que é preciso repensar os instrumentos e os métodos da tal dita construção europeia. Pela minha experiência, penso que isto quer apenas dizer que vão continuar exactamente a fazer o que fizeram até aqui, só que em segredo.

Há pouco tempo, em Agosto, saiu um despacho em Portugal que proíbe as abstenções nas votações da administração pública. Sem ninguém dar por isso, lá se foi mais um direito adquirido dos cidadãos - o de não entrar em jogos de que não estabeleceu as regras. A meu ver, com ou sem Maastricht, daqui para a frente vai ser assim. Um dia vamos a passear na rua, cai-nos um tijolo em cima. Protestamos. Analisa-se o tijolo. Está conforme as normas europeias.

A DITADURA DAS FINANÇAS

João Martins Pereira

RECÉM-CHEGADO do Brasil, um parente contava-me, com naturalidade, que a situação por lá é tal que um arquitecto de sucesso das suas relações há muito que deixou o estirador e se dedica por inteiro às aplicações financeiras, "a única actividade hoje verdadeiramente lucrativa" naquele país, segundo as suas palavras. Eu interoguei-me, com falsa ingenuidade: como é possível que num Brasil onde são gritantes as carências de toda a ordem, onde a crise económica e social (e financeira!) é profunda, onde faltam infra-estruturas, onde o desemprego e a miséria (logo, o crime) são alarmantes - como é possível que a "actividade" (leia-se especulação) financeira permaneça imune ao estado de uma economia e de uma sociedade em farrapos?

Não é só no Brasil. O facto é que estamos bem longe dos tempos em que os economistas, mesmo os de pendor mais liberal, se debruçavam sobre os problemas do crescimento e do desenvolvimento económicos, como questão central do seu ofício. E nem se discutia o pressuposto de que era ao nível da "economia real" que se gerava a "riqueza colectiva" (bens e serviços, públicos e privados, e os rendimentos para os adquirir), enquanto o sector financeiro se destinava, no essencial, a fazer circular os recursos monetários dela provenientes e a facilitar a sua aplicação em novos investimentos. A noção de "investimento" era predominantemente "física" e "social" (aplicação de recursos em áreas económica e socialmente reprodutivas).

Como recordava recentemente um cronista de uma revista económica portuguesa, os três grandes motores do crescimento económico foram então definidos como: o investimento em capital fixo (infra-estruturas, equipamento, maquinaria); o melhoramento qualitativo dos recursos humanos (instrução de base, educação avançada, formação profissional); inovação tecnológica (que então se designava por "progresso técnico"). A transformação do crescimento em desenvolvimento implicava juntar a esses motores a dimensão política, social (redistribuição) e cultural.

A esta atitude não era alheia a memória dos anos sombrios que se seguiram ao krach da Bolsa de Nova York em 1929, isto é, dos perigos de deixar "embalar" a especulação financeira, em patente divórcio com a realidade económica. Os mecanismos keynesianos anti-crise conheceram por isso um enorme sucesso após 1945, até aos anos 70. E a presença de uma esquerda actuante e influente (nomeadamente a marxista) manteve uma inegável pressão no mesmo sentido, será bom não esquecer.

Dinheiro. Hoje, na esteira dos anos 80 ultra-liberais (cujos custos, diga-se de passagem, os E. Unidos e a Inglaterra hoje pagam duramente), tudo mudou. Instalou-se, perigosamente (ver acima), a "ditadura das finanças"; a respeitável

revista americana "Fortune" classificou num artigo o seu próprio país como "The money society", a sociedade do dinheiro. Investir, nos nossos dias, passou a significar "fazer aplicações financeiras", isto é, comprar papéis e com isso multiplicar o dinheiro sem qualquer actividade socialmente proveitosa, enquanto "investidores" são os que a tal desporto se dedicam. E isto, que é chocante em si, é-o tanto mais quanto maiores são as carências nos planos económico e social - daí que justamente tenhamos aberto este artigo com o exemplo brasileiro. Mas também em Portugal o fenómeno atinge as raízes do absurdo, quando não do ridículo, expressões que não devem contudo impedir que se observe os factos com a necessária atenção.

Nos últimos anos multiplicaram-se os bancos, as sociedades financeiras (de leasing, factoring, etc.), os fundos de investimento (este no sentido "moderno"), os "produtos financeiros" (também a noção de "produto" foi anexada pelo sector não-produtivo ...), as empresas de serviços de corretagem (que recentes escândalos trouxeram para a ribalta), etc. etc. E muito de tudo isto girou à volta de uma Bolsa que, inchada artificialmente, estoirou ao primeiro susto, até hoje.

Dois depoimentos recentes, de gestores de empresas industriais, dizem o essencial: "Considero que [em Portugal] não há mercado financeiro (...) Se

retirarmos as obrigações, as operações fora de Bolsa e, de vez em quando, uma OPA, o que ficaria de genuína transacção de Bolsa [mercado de acções] seria praticamente nada". "Os mercados financeiros em Portugal ainda não funcionam, nem o recurso à Bolsa como alternativa de financiamento (...) As flutuações da Bolsa têm muito pouco que ver com a qualidade das empresas". A Bolsa nunca passou de um Casino (assim lhe chamou Jacinto Nunes nos tempos de euforia) onde se procuravam fortunas fulgurantes.

Entretanto, os chamados "novos grupos económicos" de base industrial, que fizeram milhões durante o boom da especulação bolsista (1986/87), ganharam-lhe o gosto e diversificaram as suas actividades justamente para a área financeira, para o imobiliário, para a distribuição, deixando praticamente de investir na indústria.

Espectaculo. Curioso é que os próprios jornalistas, sempre tão preocupados em só "dar espaço ao que é notícia", ocupem páginas e páginas de tudo o que é jornal, secção ou suplemento económico, e múltiplas revistas também supostamente "económica"s com uma Bolsa moribunda (que

obviamente "não é notícia"), com mexericos financeiros, entrevistas com "gente importante" dessa área, bem como sábias e minuciosas análises sobre os mercados financeiros internacionais (até na Rádio nos podemos informar quase ao minuto sobre o que se passa nas Bolsas de Tóquio, Londres ou Nova York). Só podemos concluir que deve ser bem mais fácil meter um jovem jornalista nos meandros deste jogo do que especializá-lo em questões da agricultura ou da indústria, dos transportes, do comércio externo, dos problemas de rendimentos, do "mundo do trabalho", ou mesmo do Mercado único que aí vem (o que se confirma vendo as suas confrangedoras "peças" sobre estas e outras matérias mais próximas do "económico").

Mas atenção: o mundo financeiro parece pairar acima da "economia real", mas não paira. Basta ver como a revalorização do escudo nos últimos anos, de raiz essencialmente especulativa, atingiu fortemente as nossas indústrias exportadoras (disso é feita, em parte, a tão falada "crise dos têxteis"). Basta saber que as empresas, como sempre sucedeu, dependem, para o seu financiamento, do sistema financeiro e dos seus comportamentos (estes tantas vezes manipulados por interesses nebulosos, políticos ou outros). E também que os famosos "critérios de convergência" nominal de Maastricht, dominantemente financeiros, teriam, a serem cumpridos, um papel decisivo sobre as economias, de algum modo perpetuando o status quo da hierarquia de níveis de desenvolvimento entre os países europeus (e tanto mais quanto os famosos Fundos Estruturais e de Coesão social serão agora, pós-20 de Setembro, quase uma quimera). Enfim, que os rendimentos gerados (sabe Deus como) em todas essas múltiplas actividades de circulação do dinheiro, acabam, mais tarde ou mais cedo, por descer ao mundo em que se produzem e compram bens e serviços, para adquirir os seus "sinais exteriores de (nova) riqueza", que são coisa que alguém teve de produzir.

Entretenimento. É justamente por isso que é preocupante a "ditadura das finanças": a economia real ficou em posição de simplesmente

andar a reboque de interesses que se preocupam sobretudo com o mero "jogo do dinheiro", e quase nada com as questões do crescimento, do desenvolvimento ou dos problemas colectivos (considerados não só numa óptica quantitativa, mas sobretudo qualitativa). Interesses que, no que nos diz respeito, nem sequer são nacionais, dado o peso insignificante dos nossos políticos e especuladores.

Quanto ao cidadão comum, esse que anda cá por baixo, trabalhando onde lhe calhou em sorte (inclusive no sector financeiro), resta-lhe observar, perplexo, a completa desfiguração das cidades, invadidas por centenas, senão milhares, de sedes e agências bancárias, bem como de empresas semi-fantasma, que nem percebe o que fazem - mas que se apropriam sem cerimónia de tudo o que ainda dava alguma graça e estilo às ruas onde sempre viveu e passou. Mas a televisão aí está para lhe recordar que ainda não comprou o último modelo de vídeo, de CD, de telefone portátil, de computador, de automóvel. E isso irá chegando, até ver, para lhe preencher as preocupações quotidianas - e até para se divertir um pouco à custa dos que "caíram" na última burla financeira.

Angola, a farsa democrática.

Este texto foi escrito em finais de Outubro: depois disso, a tensão crescente que desemboca no reacender da guerra demonstra que o "negócio das armas" está em vias de triunfar sobre os outros negócios - e que Savimbi dispõe de apoios financeiros sólidos.

Já no caso argelino, quando o "Ocidente" respirou de alívio com a anulação de uma segunda volta das eleições que se previa "desastrosa", houve boas razões para suspeitar que o empenhamento da chamada Comunidade Internacional na "democratização" (à ocidental) dos regimes africanos tinha os seus limites, isto é. podia estar submetido a outras prioridades.

No caso da Namíbia, tudo correria bem, já que havia um movimento maioritário incontestado - e, é bom ter presente, os grandes interesses económicos (sobretudo sul-africanos) na região não foram seriamente afectados.

Angola, enfim! Um MPLA recém-chegado à democracia (fim da Guerra Fria a quanto obrigas) e um Savimbi instituído em denodado lutador pela democracia pelos Estados Unidos e por tantos pategos portugueses, pareciam assegurar um novo sucesso da Comunidade Internacional, presente em massa em Luanda para a circunstância. O povo angolano, galvanizado por tantos entusiasmos, esperava ingenuamente melhores dias, como os povos do Leste Europeu um ano atrás.

E no entanto sabia-se que os Estados Unidos nunca forçaram Mobutu e outros iguais a "democratizar", nem antes os Somoza, Pinochet e seus pares da coutada latino-americana. Sabia-se que Savimbi colaborara com as autoridades fascistas portuguesas durante a guerra colonial, e que o seu próprio movimento estava longe de ser um modelo de práticas democráticas. E já em plena campanha eleitoral, o seu discurso e métodos suscitaram, aliás, inquietações "democráticas" aos mais insuspeitos observadores.

Savimbi perdeu. E que vemos nós? O inacreditável espectáculo de uma "Comunidade Internacional" que rasteja perante Savimbi, que lhe suplica, que lhe cede, que o torna árbitro definitivo de um jogo em que foi parte, e derrotada. Interrogamo-nos: de onde lhe poderá vir tal força, ele que não teria sobrevivido, e não sobreviveria hoje, sem maciços apoios, financeiros e militares, da dita Comunidade (leia-se dos Estados Unidos e da África do Sul)? Será apenas amor da paz, que nunca antes se lhe vira, que leva toda esta distinta corte de políticos e diplomatas a querer "salvar a face" ao perdedor nas sagradas urnas?

Hipótese (única possível?): Angola é um país com um aliciante potencial de "negócios", dadas as suas imensas riquezas naturais e ainda um mínimo de estruturas. Para a Comunidade Internacional a verdadeira prioridade não está na regularidade ou não dos processos eleitorais ou mesmo nos seus resultados, mas na rápida abertura de Angola ao comércio e ao investimento internacionais, para o que é necessário um governo credível (leia-se: favorável, "amigo"...) no país, um governo que deixe "trabalhar"... Ora a dita Comunidade continua a reear um MPLA de passado "marxista" pouco recomendável, e tanto mais quanto ele pudesse sair reforçado de um apoio neste momento contra Savimbi. Resumindo: é preciso, ainda e sempre, Savimbi para garantir as condições ideais para um bom "clima de negócios".

Cozinhem-se, pois, os resultados. Que se dêem as mãos, que se abracem, que partilhem as pastas ministeriais! Entretanto, deixem-se morrer aos milhões, sem levantar um dedo, somalianos, etíopes, sudaneses. Esses não precisam da paz nem da democracia: que têm eles para oferecer ao *business* internacional? **JMP**

Público hard

Evocação do dia do assassinato de Che Guevara: o "Público", o jornal que mais destacou a data, não se coíbiu no entanto de dois pequenos detalhes - do tipo dos detalhes que influenciam fundamentalmente a leitura e que não costumam ser vistos como um exercício de opinião - que demonstram o poder de um editor num jornal, ou o poder do poder e a sua subtilidade.

Na apresentação geral dos artigos, o Che é apresentado como alguém que morreu pelo "socialismo real". Ora, o Che tinha rompido com o Partido Comunista Boliviano, a OLAS (Organização Latino-Americana da Solidariedade) tinha iniciado, por sua influência, uma política de enfrentamento com as ditaduras e de contestação das orientações reformistas dos partidos comunistas tradicionais em todo o continente, e mesmo os seus textos teóricos reflectiam de forma clara - então como agora - a criação de uma corrente socialista autêntica, desvinculada das práticas da "coexistência pacífica" e do "socialismo real", que tinha de real o facto de não ser socialista.

Mas o exercício mais flagrante contra o Che é a inclusão de uma fotografia de um velório de vítimas do Sendero Luminoso com a legenda que indica o fracasso das guerrilhas desde o tempo do comandante argentino. Neste caso, trata-se de um verdadeiro escândalo ou de uma ignorância estarecedora: o Sendero tem inspiração maoísta e, mais proximamente, de Pol Pot, o sinistro responsável pelo assassinato de um milhão de cambojanos, e não tem nenhuma relação com o Che. Este, bem pelo contrário, poupava os seus inimigos e libertava os soldados capturados, tendo por várias vezes repetido - e praticado - que a luta política era o melhor instrumento e a garantia de vitória, enquanto que a guerra era só um aspecto que não devia deformar o objectivo fundamental.

UDP light.

Duríssimo o ataque dos dirigentes da UDP contra o Padre Martins e os seus

companheiros do Machico que aderiram à campanha do PS: traição, nem menos, o PS é sectário e não aceitou acordos. Diga-se em abono da verdade que, nos Açores, o PS não é sectário... porque aceitou, de bom gosto, a desistência unilateral da UDP a seu favor. Afinal, o mesmo que, por iniciativa própria, o Padre Martins fez.

Mas a preocupação dos dirigentes da UDP é notória: na Madeira, seu tradicional bastião popular, já conheceram há um ano uma cisão de um deputado para se aliar com a CDU, agora esta cisão para o PS. Dir-se-à que é a consequência de uma política de adaptação e de perda de identidade própria, no fim de contas o que o partido tem vindo a proclamar como a sua orientação, desde que fez eleger Mário Tomé pelas listas do PCP.

VISTAS DE ZAGREB.

Zagreb, na Croácia. Cidade que se via na televisão, cidade de um país em guerra. Agora a guerra fica a 100 km a sul, na Bósnia: na Croácia trava-se uma guerra

diferente. E Zagreb seria uma cidade igual a tantas outras, com gente que se passeia, que fica nas esplanadas, que vai para o trabalho, se não fossem os polícias de camuflado e de espingarda ao ombro, se não fossem os capacetes azuis, os blindados da ONU, o movimento de tropas em farda de combate.

As pessoas, aparentemente, vivem bem. O contraste é com os refugiados, assustados, mal alimentados, sujos, rotos: os croatas parecem indiferentes a essa situação.

Tão evidente quanto a miséria dos refugiados é o nacionalismo croata. Em todos os edifícios há uma bandeira nacional hasteada. E os croatas nunca esquecerão o rosto do seu bondoso presidente Tudjman, cuja imagem, quase sempre acompanhado de crianças, se espalha em cartazes por toda a cidade. Entretanto, a habitual ligação da Igreja Católica com o nacionalismo (e, durante a guerra, com o fascismo) croata, continua evidente: os crucifixos têm a inscrição do mapa nacional. Os skin-heads, pelo seu lado, quando vêm controlar o que andamos a fotografar, explicam-nos que "queremos democracia, desde que não haja partidos de esquerda". Não será por acaso que, neste ambiente de aversão aos estrangeiros, sejam os únicos "turistas" em Zagreb.

Um jornalista francês explica-nos a situação: "sair daqui, só com um cartão de imprensa em formato A4 e com colete à prova de bala". Que trazia, evidentemente. **Jorge Barata**, correspondente no local

Privatizações Históricas.

e de justiça, uma situação original".

Trata-se, é claro, de um jogo de aparências, em que é fértil o dia-a-dia das relações entre Estados-membros e Bruxelas, a propósito de tudo e de nada. A cada medida "liberalizante" da Comissão, ela espera que os ditos governos respondam tão só com a "aparência legal" do seu cumprimento - e isso basta-lhe. Os governos bem-no-bem, e procuram contornar tais disposições invocando excepções (ou aproveitando lacunas) que as Directivas sempre comportam.

O caso mais flagrante é o das compras públicas, que cada governo, por razões de política interna, tende a reservar a empresas nacionais e que a Comissão, aliás por mandato desses mesmos governos, forçou a abrir à concorrência comunitária - até hoje com pleno insucesso, mas quase sempre sem violação frontal das Directivas ou com irregularidades difíceis de provar.

No caso das privatizações portuguesas, tem sido o governo a impor limites à participação estrangeira, também apenas para manter as aparências, pois não ignora que acordos pré ou pós privatizações poderão dar o controlo, senão mesmo a maioria, a grupos estrangeiros. São exemplos conhecidos os casos das cervejeiras e do Totta. Mas o próprio governo entregou a um grupo finlandês (uma empresa pública, de resto) o sector petroquímico, e permitiu uma pequena participação da Total (pertencente ao Estado francês) na Petrogal, que chega para controlar todas as suas decisões estratégicas, dada a desproporção do seu "peso" internacional na empresa. E nas privatizações, que se avizinham, da Cimpor e da Siderurgia, será inevitável uma forte entrada de capital estrangeiro, com o empenho governamental.

Em resumo, a Comissão sabe perfeitamente que o governo português tem, em definitivo, uma prática bem mais liberal relativamente aos capitais estrangeiros do que a grande maioria dos outros governos comunitários. Mas, dado ter entrado recentemente em Portugal o regime de liberalização de capitais, competia-lhe, sempre para salvar as aparências, reagir a uma restrição portuguesa feita, desta vez, para facilitar a restituição do monopólio cimenteiro aos grupos "originais" (e em particular a Champalimaud, que poderá via a alargar o seu império).

E aqui surge o argumento adiantado por Lisboa, que nos deixa a nós estupefactos e terá proporcionado aos eurocratas algum divertimento. É que se ao Estado preocupa assim tanto a "reposição da situação original", isto é, a que existia antes do 25 de Abril, isto já o deveria ter levado, caso a caso, a propor aos patrões de então uma mera devolução de empresas, recebendo deles apenas as indemnizações já atribuídas, acrescidas das mais valias por investimentos feitos. Ora o Estado não tem prescindido de encaixar muitas centenas de milhões de contos à custa da "injustiça" de que agora pretendem penitenciar-se... Trata-se pois de um argumento saloio, como tantos outros usados em outras ocasiões e que já deram fama às autoridades portuguesas nos corredores da Comissão.

Quanto a nós, não nos pode ser indiferente, pese a desculpa da saloio, a escolha de tal argumento. De facto, só a espíritos de democraticidade muito duvidosa poderia ocorrer, sem corar de vergonha, a ideia da "reposição da situação original por motivos históricos e de justiça", quando a dita situação foi a que conhecemos antes de 74. Por estes mesmos motivos, a mesma lógica implicaria, se levada até às últimas consequências, a "reposição" do próprio regime e das suas instituições. A atribuição de pensões vitalícias aos Pides "por feitos heróicos", revoltante em qualquer caso, ganharia, à luz daqueles princípios, a dimensão de um primeiro passo...

Não me levem demasiado a sério. Mas é bom recordar que democracias de maioria absoluta de longa duração podem, com o tempo, vir a parecer-se muito com ditaduras - de aparência democrática. Já estivemos mais longe. Aquele argumento é apenas um alerta. **JMP**

Avestruzes. Le Pen e o "Grupo Técnico das Direitas do Parlamento Europeu" estiveram reunidos em Portugal, no castelo de Palmela, para discutir a posição a tomar sobre o tratado de Maastricht, diziam.

Houve, na altura, quem se desse ao trabalho de denunciar esta operação de charme, que camuflava a preparação da criação de um partido de extrema-direita em Portugal. O PSR, por exemplo, que entre outras coisas organizou uma manifestação na altura da conferência de imprensa de despedida de Le Pen.

Para cobrir a dita conferência de imprensa estavam, pelo menos, a RTP, a SIC, a TVEspanhola, a generalidade da imprensa escrita portuguesa, repórteres italianos e alemães, pelo menos uma dezena de estações de rádio. Alguns destes órgãos de informação noticiaram, também, a manifestação do PSR.

Depois vieram reacções, a favor, contra ou assim-assim. Por exemplo, o sr. Bom dedicou ao assunto todo o seu "Afecto" dessa semana, na última página da revista do Expresso. Considera este senhor que os parlamentares da extrema-direita europeia "vêm cá porque já contam com umas relações públicas que são das mais seguras e mais baratas da Europa(...)". É o PSR que agita e mediatiza a presença destes trastes em Portugal".

Retomemos então o raciocínio: o PSR manifesta-se contra a extrema-direita, a imprensa noticia, a extrema-direita ganha em publicidade. Mas continuemos: o sr. Bom critica a manifestação do PSR, a manifestação ganha publicidade, a extrema-direita ganha publicidade. Ou seja, se o sr. Bom tivesse seguido o seu próprio raciocínio não teria escrito nada.

Mas ainda bem que escreveu. Assim sempre se descobrem as avestruzes. Se o sr. Bom tivesse ido a Palmela teria visto a multidão de repórteres que cobria a conferência de imprensa do Le Pen e companhia. Teria verificado que o acontecimento já estava "mediatizado", com as personagens envolvidas numa aureola de honestidade e respeitabilidade. Sem dúvida que o PSR aumentou a dimensão dessa "mediatização", mas acrescentou informação: as ligações aos SS de Hitler, as ligações do Partido Republicano aos ataques neo-nazis na Alemanha, o passado criminoso de Le Pen, por exemplo. E essa informação não é nova para o "público-alvo" de Le Pen: o facto de nehum skin-head aparecer nestas coisas é bem revelador de que não só o conhecem, como estão organizados (a sua presença iria estragar o charme da operação).

A mediatização da oposição a estes "trastes" será então a única forma de desmontar todo o seu esquema propagandístico. A informação ainda me parece ser necessária para se terem opiniões justas. E é importante criar um amplo movimento de opinião contra este tipo de movimentos. Ou será que "mediatização" feita pelo PSR é responsável pela acção violenta destes grupos em quase toda a Europa?

O sr. Carreira (e não só, como é evidente), faz mal em fazer de que estas coisas não existem. É que apesar de ser muito mais cómodo, tem a pequena desvantagem de dar tempo a que a serpente cresça no seu ovo. **JR**

CARTAS

Segue cheque para pagar a assinatura do Combate.

É evidente que discordo de parte dos textos do mensário. Sou membro do PCP há quase meio século. Isso não significa conformismo, mas solidariedade com a única organização que, de facto, e desde há muito, tem efectivas raízes no proletariado fabril e rural portugueses. Presto no entanto atenção ao jornal, como a todos os que se mantêm consequentes na longa e difícil luta contra a exploração.

Oscar Lopes (Porto)

Até que enfim que o Combate se transforma e se torna legível e combativo! Fazia falta uma renovação e, se bem que o novo modelo ainda não esteja muito claro - até porque continuam algumas das secções do anterior e ainda aparece menos virado para a actualidade do que tinha sido prometido - já se sentem as melhoras. Um abraço de encorajamento.

Filipe Luis (Lisboa)

Não concordo com a tese fundamentado artigo de Michel Lowy, sobre o "pessimismo" revolucionário. Creio que o pessimismo não pode ser revolucionário, porque a revolução não pode ser nem pessimista nem optimista. Deve, creio, escapar a essas antinomias tão simplificadoras e tão simplistas, porque se trata de um projecto (e então de teoria) ou de um modelo (e então de estratégia) ou de uma acção (e portanto de uma realidade).

Não creio que se possa ou deva compensar o excesso triunfalista do passado com uma viragem inversa nesta década difícil: acho que a razão ainda deve tentar triunfar e, pelo menos, devemos estar ao seu lado.

João Lopes (Albergaria)

ONDE ESTÁ O EMPRESÁRIO PORTUGUÊS?

PRIMEIRO-MINISTRO e PR associaram-se há poucas semanas à "Homenagem ao empresário português", promovida por empresários nortenhos, que culminou com a inauguração de um inenarrável mostrengo, dito "monumento", vindo de um escultor recém-chegado, pelos vistos, às hostes do cavaquismo e rendido às imensas (pelo tamanho do objecto!) virtudes do "homenageado". Este e o monumento lisboeta ao "enforcamento de Sá Carneiro" ficarão por certo como testemunhos privilegiados do novoriquismo vigente que, em "arte", não podia dar outra coisa.

Mas voltando ao empresário português, só não se estranha a homenagem por vir de quem veio - os próprios. Isto porque é longa a documentação, oriunda das fontes mais insuspeitas, que demonstra, na estrita perspectiva capitalista, a generalizada falta de "iniciativa", de "gosto do risco", de "capacidade de gestão", de "visão de longo prazo", de "preocupação com a qualidade", etc. etc. dos empresários portugueses. E essas seriam, segundo tais fontes, virtudes indispensáveis ao sucesso empresarial.

Para não ir mais longe, basta recordar as múltiplas histórias escabrosas contadas pela imprensa nos últimos tempos a propósito da tão falada "crise dos têxteis": descalabro, poluição, trabalho infantil, na fábrica, casas no Algarve e Lamborghinis, no "privado". Alguns referiram mesmo que há muitas empresas falidas, mas não empresários falidos. E outros, anteendo o resultado de tudo isto, começaram a escrever interessantes artigos sob o tema "Como vender bem a sua empresa" (a estrangeiros, subentende-se).

Aqui chegados, permitam-me uma série algo fastidiosa de perguntas do tipo das que se fazem nos concursos de televisão. Falando apenas de produtos bem conhecidos fabricados em Portugal, sabia o leitor que: a loiça de Valadares é de ingleses? os esquentadores Vulcano, de alemães? as confecções Maconde, de holandeses? as carnes Nobre, de ingleses? os electrodomésticos Ariston, de italianos? os plásticos de todos os dias (polietileno, PVC, polipropileno), de finlandeses ou japoneses? as fibras sintéticas, de alemães, japoneses e ingleses? a vulgar fita gomada, de alemães? os vidros de janela, de franceses? os gelados e congelados mais conhecidos (Olá, Iglo, Lamy, Findus), de holandeses ou suíços? as listas de páginas amarelas, de americanos? os colchões ex-Molaflex, de franceses? as camisas Melka, de suecos? as conservas Vasco da Gama, de franceses? Sabia ainda que as duas maiores fábricas de calçado "portuguesas" são de alemães e dinamarqueses? As maiores fábricas de tintas, de ingleses e dinamarqueses? A maior de linhas e costura, de

ingleses? A maior de interruptores, fichas e tomadas, de franceses? As maiores de detergentes, e de margarinas, de holandeses?

Isto sem falar de tantas empresas em que o capital estrangeiro é minoritário, mas são eles quem "manda". Nem de produtos de marca estrangeira, fabricados em Portugal por empresas estrangeiras: Renault, Grundig, Heinz, Nestlé, Samsung, etc. Nem da área dos serviços: Makro holandês, Securitas sueca, Círculo de Leitores alemão, Barclays inglês, Credit Lyonnais francês, UAP francesa... Nem, finalmente, de mil e um produtos que o público nem conhece, por circular entre empresas, como os componentes para automóvel, a soda cáustica ou o formaldeído.

Se excluirmos as empresas públicas, cuja privatização tenderá cada vez mais a torná-las estrangeiras, o que resta do "empresário português"? Onde está ele? Está numas escassas dúzias de empresas semelhantes às estrangeiras, muitas ansiando por um sócio estrangeiro; e num sem fim de pequeníssimas, pequenas e médias empresas, como há em toda a parte, muitas delas familiares, de

âmbito regional ou local (comércio, restaurantes, oficinas, etc), que irão vivendo melhor ou pior, mas não são certamente o "alvo" em que pensavam os promotores da homenagem...

E já que invoquei no princípio fontes "insuspeitas" a respeito das virtudes ou defeitos do "empresário português", não resisto a citar uma crónica recente do "Expresso": "A canção de moda na economia portuguesa é a do empresário que falhou a diversificação. A seguir presume-se que virá o triste fado dos industriais que, mesmo sem terem diversificado, falharam na mesma [...] O Portugal empresarial do futuro não vai ter FNAC's, nem Interfinas, possivelmente nem SONAE's, se calhar nem cortiça. Por isso é avisado preparar já material de estudo para os gestores portugueses que, daqui a uns anos, serão empregados desconhecidos de multinacionais". Eu diria melhor?

Saberá Cavaco o que está a dizer quando fala de "país de sucesso"? Ou quando invoca, face aos detractores de Maastricht, o suplemento de "soberania nacional" que uma maior integração traria consigo? Que sucesso? Que soberania nacional? Os seus queridos empresários já a perderam há muito, e ele está farto de ajudar.

Poderia ser de outro modo? Só num "outro mundo", é claro. Não neste, em que a divisão capitalista do trabalho encerrou milhares de empresas no Leste, e nos paga a nós para não cultivar e para deitar toneladas de peixe ao mar, tudo em nome da "racionalidade económica". Quanto aos "empresários portugueses", que são justamente *deste mundo, e nele falharam*, os seus trabalhadores não terão quaisquer razões para lhes prestarem homenagem. Eles que são infinitamente mais do que os empresários... que sobram.



ILUSTRAÇÃO NICOLAU TUDELA

COMBATE 19

JUNTANDO OS CACOS

O ALBERGUE ESPANHOL DO SR. PORTER

Talvez os leitores do Combate se não contem entre os mais íntimos do Relatório Porter sobre a "Competitividade de Portugal", mas chegou-lhes por certo eco do muito que sobre ele se disse e escreveu desde a sua apresentação em Julho passado. E ter-se-ão provavelmente surpreendido pelo tom reverencial com que foi recebido: mesmo os mais críticos, faziam-no quase sempre "com o devido respeito" pela figura do Mestre ou pelos méritos do trabalho.

Sucedo que interrogarmo-nos sobre o atraso económico português e sobre "o que fazer" para sair desse estado crónico não é coisa que apenas diga respeito a dirigentes políticos e tecnocratas. Pelo contrário, é matéria que tem que ver com todos nós, com os nossos problemas quotidianos, ainda que ninguém nos peça opinião. E é disso que se ocupa aquele relatório, ainda que sob a óptica redutora da "competitividade". O estudo custou um dinheirão, mas o Estado e uns quantos grupos privados (em minoria, ao contrário do que se tem dito) decidiram-se a pagá-lo: se ninguém por cá soube tirar o coelho do chapéu, talvez um sábio professor de Harvard, quem sabe...

O trabalho apoia-se na teoria de que as empresas são tanto mais competitivas quanto se insiram em "clusters" (palavra inglesa que significa: agrupamento, cacho, rede), ou seja, redes de empresas/serviços inter-relacionados, que mutuamente se reforçam: fornecedores, clientes, prestadores de serviços, centros de investigação, universidades, instituições diversas - nem todos necessariamente nacionais, mas sendo indispensável uma "base doméstica" estratégica forte. No plano nacional, isso implica em todo o caso a existência de uma "envolvente" favorável, de que são elementos decisivos: as condições da procura, os factores de produção, as estruturas e estratégias empresariais e a existência de "indústrias/serviços de suporte", elas-próprias competitivas no plano internacional. São estas as "4 pontas do diamante de Porter" (único no género, diga-se, o que desde logo revela considerável imaginação).

Não cabendo aqui uma análise em pormenor do relatório, julgo que bastará, para formar opinião, averiguar porque, para além de críticas parcelares, o trabalho recolheu o reconhecimento geral dos seus indiscutíveis méritos. Vejamos então.

As "gentes do Norte" agradou particularmente a tese de que Portugal tem de apostar "naquilo que já sabe fazer", leia-se nas chamadas "indústrias tradicionais" (têxtil/vestuário, calçado, madeiras, cortiça, cerâmica), todas fortemente concentradas a norte do Mondego. A A.I.Portuense manifestou o seu entusiasmo, embora ironizando: "não era nada que não soubéssemos"...

O Governo (ainda que lhe sejam apontadas ineficiências) terá tido o mérito de algumas "políticas bem direccionadas" e dele se diz que "deveria desempenhar muitas das iniciativas para a mudança", sendo-lhe atribuídas cinco áreas prioritárias, que lhe permitirão fazer tudo o que já contava fazer. Por acréscimo, terá ficado encantado com a inocência dos autores do trabalho, ao escolherem como único "caso de sucesso" internacional um projecto canadiano "financiado a 50% pelo Governo do Ontário".

Os "fanáticos do liberalismo", em contrapartida, embora chocados com aquele exemplo canadiano, ter-se-ão deliciado com as teses de que "o sucesso da política macro-económica é o resultado do sucesso de empresas e sectores vitalizados, e não o contrário" ("indirecta" ao Governo) e com diversos erros assinalados à acção estatal. Um comentador muito citado foi ao ponto de dizer que, só por dizer coisas destas, Porter tem de ser um "born homem"! Já agora, estes rapazes terão aderido plenamente, em teoria, a coisas como "os subsídios criam uma filosofia de gestão contraproducente nas empresas que abrangem". Na prática, é disso que vivem muitos deles, e contam continuar.

Os "furiosos da descentralização" terão descoberto no relatório algo até aqui insuspeitado: a existência de "clusters" geográficos

por todo o país. Claro que sabemos do vidro e dos moldes na Marinha Grande, dos lanifícios na Covilhã, dos mármore em Borba/V. Viosa, dos têxteis no Ave, e por aí adiante. Mas que fossem "clusters" (que obviamente não são!) e ainda por cima "geográficos" (quando supunhamos que o conceito era económico, e não limitado ao perímetro de um ou dois concelhos ...), aí está uma indiscutível e reconfortante novidade.

O "clube das tecnologias avançadas", infeliz com o ênfase nos sectores tradicionais, pode consolar-se por um exemplo de investigação aplicada (máquina computadorizada para a indústria corticeira) ter sido incluído entre os escassos quatro "casos de sucesso" nacionais - que o não é, de resto, até se comprovar o seu sucesso comercial, coisa que estranhamente parece não ter interessado os autores do estudo. Para além disso, as inúmeras referências à inovação e ao desenvolvimento tecnológico e a inclusão da "Ciência & Tecnologia" entre as áreas de "iniciativa governamental" serão suficientes para assegurar a simpatia desta gente.

Os decididamente "autárquicos", esses estarão entre os mais exuberantes de alegria. Contra os que julgavam Portugal, para o bem ou para o mal, profundamente mergulhado numa "economia global", com uma especialização imposta pela "divisão internacional do trabalho" e com a maioria das suas empresas exportadoras fazendo parte de "clusters" de base internacional (não "doméstica", como exige a teoria), Porter simplesmente ignora essas questões (excepto no caso das "indústrias de ponta") e vem abrir-nos as melhores perspectivas. Portugal tem apenas de multiplicar os casos de sucesso (como?), de criar uma procura interna exigente (como?), de descobrir aquilo em que é único neste mundo (o que será?), ou seja, especializar-se naquilo de que só os portugueses serão capazes, ou em que serão os melhores). Conclusão do relatório: "Portugal tem potencial para ser um competidor com significado e bem sucedido no mundo moderno". Mais: "O pior que poderia acontecer a Portugal seria deixar que a crítica destrutiva de alguns [aí estão as forças de bloqueio!] matasse à nascença o sentido do progresso necessário".

Até os adeptos do "Portugal, país de serviços" terão tido a satisfação de ver o turismo entre os "clusters" seleccionados pela equipa Porter para as "iniciativas de acção" que irá desenvolver e que, segundo o relatório, "propiciarão os focos que iluminarão o caminho que Portugal deve prosseguir".

Resumindo, não estamos propriamente perante o relatório de um Estudo. Trata-se, isso sim, daquilo a que se costuma chamar um "albergue espanhol", em que cada um vai encontrar aquilo que lá pôs, isto é, aquilo que mais lhe agrada. E foram muitos os que lá puseram alguma coisa: basta ver a lista dos "líderes de opinião" que sussuraram "coisas" aos ouvidos atentos dos enviados de Porter, onde há gente de todos os "grupos" que passámos em revista.

E como poderia ser um verdadeiro "Estudo"? Em 3 ou 4 meses, uma equipa de técnicos que mal teriam ouvido falar de Portugal, ainda que fossem génios, dificilmente conseguiria sequer as respostas para as questões de fundo, que "explicam" porque não há "clusters", nem "base doméstica", nem procura de qualidade, nem marcas próprias, nem design próprio, nem investigação nas empresas, etc.etc., ao mesmo tempo que existem algumas empresas modernas e competitivas não inseridas em qualquer "cluster". Sucedo que não era isso ao que vinham: a sua função era apenas a de aplicar uma receita que não se afigura aplicável à "condição portuguesa".

A prova é que até conseguiram já identificar alguns factores decisivos para o radioso futuro que nos anunciam: Portugal não tem grandes empresas, e isso até é bom; Portugal perdeu a industrialização do século XX, e isso então pode ser óptimo; e dispõe de um "grande trunfo": a abertura e flexibilidade das suas gentes". Aposto que a receita não teria dado outro resultado nas ilhas Fiji (de que sei tanto como eles).

O NEGÓCIO DOS DESPEDIMENTOS

JOAO MARTINS PEREIRA

O capitalismo tem a particularidade de transformar os prejuízos e desordens que gera nas sociedades em mercados e negócios.

Recordem-se os negócios destinados a combater ou atenuar o "stress" causado pelo trabalho em ambientes cada vez mais agressivos e competitivos: desde as massagens, saunas e vibradores eléctricos, passando por psiquiatrias, gurus e seitas várias, até aos "grandes negócios" dos medicamentos, drogas e álcool, por sua vez geradores de outros negócios, visando as respectivas desintoxicações. E recordem-se também os negócios anti-poluição: desde os catalizadores para automóvel e gasolinas sem chumbo até aos milhares estudos de "impacto ambiental", aos equipamentos para tratamento de águas e resíduos e às chamadas "tecnologias limpas".

Só faltavam mesmo, e isso é uma novidade dos tempos que correm, os negócios que tiram partido do desemprego imparável, que só na CEE já excede os 20 milhões de pessoas. Mas neste caso particular boa parte dos negócios não se destinam a "combater" o desemprego (e também os há: a Formação Profissional em Portugal é um deles, e chorudo), mas a criá-lo, ou seja, aumentá-lo.

Os Estados Unidos, sempre à frente nestas coisas, foram inventando sucessivos nomes para os despedimentos: primeiro "downsizing" e "right-sizing" (trazer uma empresa à "dimensão correcta", isto é, reduzir o pessoal), depois "decruting" (que podemos traduzir por "decrutamento", por oposição a "recrutamento"). Hoje a moda é o "reengineering", que significa uma mudança radical na organização e funcionamento da empresa, sob o lema "não automatize, elimine" postos de trabalho. Todas estas fases renderam milhões em negócios que vão desde os autores de livros e artigos mais "cruidos" ou mais "práticos" sobre estes conceitos e sua aplicação, até, no extremo oposto, às empresas de "outplacement" (literalmente "pôr fora"), especializadas em métodos, negociais ou outros, de afastamento do pessoal considerado desnecessário. Mas há mais: é frequente uma empresa gigante em dificuldades, ao anunciar o despedimento de 20 ou 30 mil trabalhadores, ver a cotação das suas acções subirem em flecha, com os conseqüente benefícios financeiros para os seus accionistas.

Portugal não podia fugir à regra. O termo mais utilizado por cá é "reestruturação", mas o resultado é o mesmo: foi assim que grandes empresas públicas "emagreceram" fortemente (a Quimigal, por ex.) e vão continuar (TAP, Siderurgia, etc.). Mas o caso mais recente, e exemplar, que a imprensa tem vindo a noticiar é o da TELECOM, já rendida aos novos processos da "re-ingenharía".

Sob a baruta do novo presidente, alto dirigente do PSD, reputado de "duro" (Eng. Todo-Bom), o plano de despedimentos foi efectuado pela Mac-Group (ramo catalão de uma multinacional), sendo a posterior "tarefa suja" de os concretizar confiada a uma empresa de "outplacement" nacional, a Forum Atlântico, liderada até há pouco por Maldonado Gonelha (ex-Ministro do Trabalho PS, o que lhe deve ter dado boas pistas para o negócio). Segundo o PÚBLICO, a Forum receberá 290 contos por cada despedimento "conseguido".

Que o desemprego, logo os despedimentos, são conseqüência do próprio funcionamento do sistema económico e das suas crises congénitas, não se duvida - e essa é a questão fundamental, que convem não perder de vista. Que se faça disso um negócio, revolta. Que há gente para tudo, já se sabia. São por certo excelentes pais de família. Talvez um dia despedidos também, por outra empresa de "outplacement" mais competitiva, isto é, que leve só 200 contos por despedido.

PARA ACABAR DE VEZ COM O DESEMPREGO

A Comunidade Europeia tem um plano estratégico para criar vinte milhões de empregos até ao fim do milénio, com o objectivo de relançar a economia europeia. O "Livro Branco para a competitividade e o emprego" - assim se chama o documento - teve uma primeira apresentação feita pelo presidente da Comissão, Jaques Delors.

O objectivo é alcançar níveis de crescimento do produto de 3,5% ao ano (actualmente anda-se por volta dos 0%), com um investimento anual de cerca de 24% desse produto (os valores mais recentes apontam para cerca de 19%).

Os sectores prioritários serão os das infraestruturas, sobretudo de transportes, energia e telecomunicações, o que pressupõe um elevado investimento público, de duvidosa compatibilização com o cumprimento das metas de equilíbrio orçamental previstas para a União Monetária.

Ao nível privado a principal aposta é nas biotecnologias, sector onde se prevê, para o ano 2000, um volume de negócios dez vezes superior ao actual. Para garantir a absorção do elevado número de desempregados da Europa actual, Delors sugere uma diminuição drástica dos custos não salariais do trabalho (contribuições para a Segurança Social e impostos), compensados por uma maior tributação sobre a energia, a poluição e o capital. Resta saber - não foi ainda explicado - como é que essas medidas não vão desincentivar o investimento.

Também não é clara a forma de eliminação do desemprego: o que se sugere é uma maior flexibilização das leis laborais, criando maiores possibilidades de rotação de empregos, flexibilização de horários e trabalhos em tempo parcial. Mas tratando-se, por exemplo, de biotecnologias - um sector de alta intensidade tecnológica - não é nítida a possibilidade de arranjar emprego para os desempregados actuais.

As actividades de investigação científica são o outro sector estratégico deste programa. Pretende-se que cada país gaste nessas actividades cerca de 3% do seu produto anual, face aos 2% actuais. Um caso igualmente bicudo, sobretudo para Portugal, que até agora apenas gasta cerca de 1%.

O plano parece então uma mera carta de boas intenções para diminuir o desemprego e aumentar a "competitividade" face aos EUA e ao Japão. Mais do que isso, não sendo apontados mecanismos concretos para o pôr em prática (e adiando princípios aparentemente contraditórios com a actual evolução da Comunidade Europeia), parece mais um "salto para a frente" de quem não tem soluções viáveis a apresentar.

Da Comissão de Bruxelas a proposta vai agora ser apresentada aos Doze, que hão-de discutir a sua viabilidade. Fiquemos à espera.

NOVAS ORDENS VELHAS DESORDENS

JOÃO MARTINS PEREIRA ILUSTRAÇÃO PEDRO AMARAL

Porque será que, ainda só aquecia a crise do Golfo, bem antes do seu desfecho fulgurante, se começou a falar na "nova ordem internacional" que viria a nascer dessa aventura pelos desertos do petróleo?

É simples. Terminado um grande conflito internacional, almas "generosas", e outras bastante menos, costumam anunciar que uma nova "era de paz" vai começar, que agora nada será como dantes. Até porque desses conflitos saem logicamente, potências vencedoras e potências derrotadas - e umas e outras eram os pilares da "ordem" anterior.

Isto não parece aplicar-se à "guerra do Golfo". De facto, esse episódio foi apenas importante - para o tema de que tratamos - na medida em que marcou, em definitivo, o fim do conflito fundamental dos últimos 40 anos: aquele a que se convencionou chamar de "Guerra fria". Com efeito, foi evidente que os E. Unidos só puderam decidir a intervenção armada no Golfo com o aval da ainda então União Soviética, e que só puderam cobrir-se sob a capa da ONU porque tiveram a unanimidade (logo o voto soviético) no Conselho de Segurança. Só isso também tornou possível contar, entre os "países aliados" na operação, com uma Arábia Saudita tradicional aliada dos E. Unidos e com uma Síria até então alinhada pelas posições de Moscovo. Foi essa prova real do fim da guerra fria, e não certamente o esmagamento do Iraque, que pôs, uma vez mais, na agenda internacional a questão de uma "nova ordem". E o evento constituiu também um aviso do que tal "ordem" traria consigo.

Vale a pena ver o que foi feito das "novas ordens" que a antecederam neste século, para melhor compreender aquela que dá agora os seus primeiros passos.

Finda a guerra de 14-18, com a queda dos três impérios europeus (alemão, astro-húngaro e russo, este derrubado pela Revolução), o começo do declínio da potência até então dominante (a Inglaterra) e o surgimento da potência ascendente (os E. Unidos), esta última patrocinou uma "nova ordem" assente num fórum internacional de países, destinado a derimir e arbitrar conflitos e assegurar uma "paz duradoura": a Sociedade (ou Liga) das Nações, em que os americanos, de resto, se abstiveram de participar. Sabe-se no que deu tal organização. A permanente instabilidade europeia dos anos 20, com a questão crucial das dívidas de guerra e as ameaças de revolução social, sucederam, em cadência imparável, o krach da Bolsa de Nova Iorque (1929), a grande depressão (com milhões de desempregados), o nazismo no poder na Alemanha (já o fascismo se instalara em Itália), a guerra de Espanha - até ao desencadear de uma nova guerra (1939).

Em tudo isto, o papel da SDN foi simplesmente nulo. De novo, em 1945, as "melhores intenções", mas soluções finalmente pouco diferentes. Desta vez, emergem como incontestáveis vencedores os E. Unidos e a União Soviética, e a ONU vem substituir a defunta Liga, para "preservar as gerações futuras do flagelo da guerra, proclamar a sua fé na dignidade e valor da pessoa humana, na igualdade de direitos entre homens e mulheres, tal como entre nações, pequenas e grandes" (do Preâmbulo da Carta das Nações Unidas). Pouco tardou para que as duas novas grandes potências constatassem o seu insanável antagonismo, marcado desde logo pela criação do "bloco soviético" no Leste europeu e, logo depois, pela guerra da Coreia (51-52).

A ONU, como a sua antecessora, irá manter-se bloqueada pelo direito de veto no Conselho de Segurança durante décadas a fio. Cada uma das potências, ao longo dos anos, foi tentando alargar a sua zona de influência. A multiplicação de novos países, derivada da descolonização, criou uma situação insólita: a dado momento, a maioria nas Assembleias Gerais da ONU passou naturalmente para o conjunto dos chamados países do 3º Mundo, mas isso em nada alterava a "nova ordem", que obviamente não passava por ali. Não podendo enfrentar-se directamente, devido ao "factor nuclear" (e

ainda assim não se esteve longe disso por duas ou três vezes - Coreia, Cuba, Médio-Oriente), as duas potências alimentavam conflitos locais para ganhar algum terreno no plano estratégico mundial.

Por isso mesmo, foi também fora da ONU que aqueles países ex-colonizados se procuraram organizar num "movimento de não-alinhados", adoptando como temas fortes o neutralismo (no conflito Leste-Oeste) e o desenvolvimento. Ora este não seria possível sem uma "nova ordem económica internacional" (NOEI) que os libertasse da exploração desenfreada das suas riquezas por parte, em geral, das ex-potências colonizadoras e, cada vez mais, das empresas americanas que lhes tomavam o lugar (com excepção da América Latina, onde o imperialismo norte-americano sempre fora dono e senhor).

Durante longos anos esses países multiplicaram conferências, reuniões e meios de pressão, constituíram mesmo, no seio da ONU o chamado "grupo dos 77", e chegaram a fazer votar na Assembleia Geral moções em favor da dita "nova ordem". Tudo veio a acabar como tinha de ser: a guerra fria instalou-se dentro do próprio movimento, dividindo os países pro-americanos e pro-soviéticos, enquanto os governantes desses países simplesmente se dedicaram a fazer boas fortunas pessoais, e esqueceram o desenvolvimento, como já haviam esquecido o neutralismo. A queda das cotações das matérias-primas, as enormes dívidas externas e os programas do FMI conduziram a maioria desses povos (não os governantes) à miséria e à fome em que hoje se encontram. É quase simbólico que a 1ª Conferência dos "Não-Alinhados" tenha tido lugar na Jugoslávia, em 1961, e a última no mesmo país, em Setembro de 1989, dois meses antes da "Queda do Muro", e poucos meses antes da desintegração da própria Jugoslávia.

Tudo acabou em farsa. Só mesmo o Guia do 3º Mundo (português) poderia ainda escrever, há poucos anos, que "a experiência mostrou ao 3º Mundo que pouco pode esperar do diálogo Norte-Sul e que, no que se refere à NOEI, só pode consegui-la se tiver força para a impôr". Era a derradeira esperança na União Soviética. E o reconhecimento que qualquer "ordem internacional", política ou económica, é simplesmente uma relação de forças entre potências dominantes.

Voltemos então à ordem pós-guerra fria. Quais os dados novos em que assenta? Em primeiro lugar, um sistema capitalista alargado à escala mundial, se considerarmos que a China está já em plena transição, de resto bem mais segura que a da ex-União Soviética, porque muito mais controlada. E um sistema capitalista mais do que nunca dominado por umas centenas de grupos transnacionais, cujas estratégias ignoram coisas (com que tantos enchem a boca) como soberanias, democracias, direitos humanos, etc. Depois, a emergência na cena mundial de uma área de imenso poder económico (Japão e países da sua zona de influência), a que só falta o poder militar para representar uma potência com peso político equivalente ao dos Estados Unidos. Enfim uma Europa onde, como sempre até aqui, tudo se jogará em definitivo, mas onde a Alemanha e a Rússia terão os únicos papéis importantes a desempenhar. Para além disso, o costume: um 3º Mundo despojado e espoliado e, dentro dele, um Islão que poderá ir um dia buscar à religião (e ao petróleo) insuspeitadas forças. Até ver, os sinais da "nova ordem" estão quase só numa ONU hoje totalmente às ordens dos E. Unidos, mas a entrada próxima da Alemanha e do Japão no Conselho de Segurança dará mais informação sobre o "equilíbrio de forças".

Quase não falámos dos povos. São apenas biliões de seres humanos, na sua maioria ao nível, ou abaixo, da subsistência. Para eles, esta ou outra "ordem", nova ou velha, é apenas desordem. Eles são sempre as vítimas. Mas é neles, incluindo os "terceiros-mundos" do interior (os ghettos dos países ditos desenvolvidos) que está a esperança de um mundo diferente.

EXÍLIO DOURADO DO CAPITAL

JOÃO MARTINS PEREIRA

Todas as grandes revoluções viram partir para o exílio os responsáveis políticos e os grupos privilegiados dos regimes derrubados. Estes exilados vão, por regra, dedicar-se à intriga internacional, a fomentar guerras civis (como sucedeu em 89 e 1917) e a procurar criar todas as dificuldades possíveis ao novo regime, vão gozar dos rendimentos ou do bom acolhimento dos seus pares no estrangeiro, frequentar as "altas" - e chegam mesmo a alimentar romances cor-de-rosa povoados de princesas e arquiducos (como sucedeu com a emigração russa dos anos 20). Depois, desaparecem; ou regressam muitos anos mais tarde, para verificar que "está tudo mudado", e disso se irão aproveitar, como sempre. Mas foram elas (revoluções) e não eles (exilados) que - seja qual fôr o julgamento que se faça - fizeram a História e produziram efeitos duradouros e irreversíveis na evolução dos povos.

O 25 de Abril, em Portugal, não chegou sequer a ser uma "revolução", ainda que, quer se queira, quer não, tenha deixado alguns "efeitos duradouros e irreversíveis", que os manuais de História um dia virão a registar. Mas, na altura, muitos pensaram que era, e muitas coisas se passaram como se fosse. Por isso mesmo, também Portugal teve a sua leva de exilados: políticos, naturalmente, mas também gente ligada ao capital, que se sentiu ameaçada pelos "desmandos" pré-revolucionários. Mas se os políticos saíram quase de imediato, os homens do "poder económico" reagiram por fases.

Nos primeiros meses, confiados em Spínola, ficaram na expectativa. Após o 25 de Setembro, começou a "debandada" do capital, essa coisa "sem-pátria", por mais patriotas que sejam os seus detentores. Nunca se chegou a saber o montante de dinheiro e valores que saíu nesse período, mas sabe-se como essa forma encapotada de "guerra civil" criou sérios problemas financeiros. Os seus causadores gostam de se referir ao "descalabro económico" de 74-75 (que nem foi tanto como se diz) como se nada tivessem a ver com o assunto.

Mas só depois do 11 de Março e das nacionalizações as "importantes pessoas" do poder económico do "24 de Abril" se raspam em definitivo, e vá lá que não podiam levar consigo terras, edifícios e fábricas - mas levaram muitos dos seus quadros principais, engenheiros, economistas, juristas. Hoje, regressados e com as línguas mais soltas, não seria difícil reconstituir com algum rigor por onde andaram e o que fizeram (com excepção, é claro, das influências que terão exercido para enterrar o mais possível a economia portuguesa, das conspirações em que se meteram e financiaram, etc.). Mas basta consultar alguns livros e entrevistas, e publicações como "Quem é quem nos negócios", em que muitos deles se auto-biografam, para obter uma primeira aproximação.

Antes de mais, uma interessante observação prévia. Enquanto os responsáveis políticos do marcelismo, tenham ou não saído, não voltaram, em geral, a ocupar lugares de relevo no novo regime, os exilados "económicos" regressaram em força e, com a simpatia e apoio do poder, retomam hoje posições destacadas na área económica. Isto só vem confirmar que, em capitalismo, o poder determinante e estruturante é o económico, e que esse, seja qual for o poder político, se mantém, mais coisa menos coisa, nas mesmas mãos.

Por isso nos interessa menos a emigração política, e deixamos registado apenas, por curiosidade, o diferente percurso de três

"jovens" políticos do marcelismo. O primeiro, Veiga Simão, ministro da Educação de Marcelo (o dos "gorilas"), vamos vê-lo logo após o 25 de Abril, embaixado, nomeado embaixador na ONU, e desde então deputado, de novo ministro (da Indústria, com Soares) e "Homem do Presidente" (sempre com Soares). Os outros dois - Silva Pinto, ex-Ministro das Corporações, e Homem de Mello, ex-deputado e homem de confiança de Marcelo - terão sido gente de "menos fé" ou de menos "habilidade": lá os temos um a dirigir empresas em Espanha e no Gabão entre 75 e 81 (S. Pinto), o outro a administrar um grupo segurador brasileiro entre 74 e 80 (H. de Mello). Atrasaram-se: hoje já são "figuras públicas", mas pouco mais.

Quanto aos exilados da área económica, temos em primeiro lugar os líderes dos três maiores grupos económicos: Champalimaud, os Mellos, os Espírito Santo.

O primeiro vivera dos favores do salazarismo (monopólio dos cimentos e da siderurgia), virado para o mercado interno reservado e sem quase ligações internacionais. Mas o marcelismo não lhe foi de feição: autorizou novas cimenteiras e impediu-o de controlar o BPA. Escapa-se para o México durante o processo da "Herança Sommer", regressando no Verão de 73. Depois de Abril, aposta em Spínola (seu antigo administrador na Siderurgia) e apresenta-se aos trabalhadores como "vítima do fascismo" (queria dizer do marcelismo, claro). Em 75 fixa-se no Brasil. Agora, mais salazarista do que nunca, não tem de que se queixar do "Estado democrático", que lhe deu de bandeja a "sua" Mundial-Confiança e talvez de seguida lhe entregue o Sotto Mayor e as cimenteiras.

Os Mellos e os Espírito Santo já tinham muitas ligações internacionais. Mas a estes últimos, especialistas na área financeira, foi bem mais fácil reconstruir um império ainda antes do regresso: embora gostem de dizer que "partiram do zero", o facto é que em poucos anos multiplicaram esse "zero" por milhões (nomeadamente "gerindo fortunas" de outros exilados - o tal capital que saíu antes deles próprios). Distribuíram empresas, quase todas nos sectores financeiro e imobiliário, pelo Luxemburgo, Suíça, E. Unidos, França, Bahamas, Paraguai, e Brasil, onde se instalaram. E hoje já recuperaram as duas "jóias" do antigamente - o Banco e a Tranquilidade - e constituem o primeiro grupo financeiro português.

Os Mellos (ex-patrões do grupo CUF, o maior de então), que já tinham interesses no Brasil, entretanto separaram-se. O mais "antiquado", Jorge, ainda vai na compra de umas empresas dispersas, mas o IPE (gerido por um antigo gestor do grupo CUF) bem se tem esforçado por o ajudar: a Nacional e a Compal foram as últimas empresas que lhe vendeu, sem concurso. O irmão, José Manuel, mais virado para a finança e para os serviços, tomou-lhe a dianteira: fez da antiga Sociedade Financeira, que comprou e transformou em Banco, o núcleo do "Grupo Mello", recuperou a Império, e recentemente viu-se livre do "osso" da Lisnave, recebendo por isso mais de 40 milhões de contos do Orçamento.

Outros nomes sonantes: Mário Vinhas (Cervejas), autor de um livro de 76 "Profissão exilado"; Queirós Pereira (ligado aos E. Santo) e Miguel Quina (Grupo Borges), ambos citados por Alpoim Calvão numa entrevista sobre as suas andanças contra-revolucionárias e seus financiadores; Jorge de Brito.

E o espaço não nos permite referir mais do que uns quantos "actores secundários", alguns deles quadros dos grupos económicos,

que terão seguido por arrasto (a menos que se tenham ausentado nessa altura, por "estranha coincidência"...): Amaro de Matos (ex-CUF, hoje presidente do IPE), Cabral de Meneses (ex-CUF, até há pouco EXPO-98), Falcão e Cunha (hoje Ministro do Emprego) e Pires de Miranda (ex-Ministro dos Estrangeiros de Cavaco) - todos no Brasil depois de 75; João Coutinho de Lencastre (nos últimos anos Presidente do IPE e da TAP, ex-dirigente do CDS) em Paris, com Bullosa; Paulo Marques (ex-Secretário de Estado da AD, comentador político da TV) em Londres, na Plessey, entre 75 e 78.

Perante estes "pobres" exilados, que fizeram belos negócios ou tiveram belos empregos, e -sobretudo os "graúdos"- porfiaram em

tentar estrangular a economia portuguesa (quando não financiaram actos de terrorismo interno), que ocorre comentar? Talvez apenas que se deveria erguer um monumento aos mais de um milhão de emigrantes (exilados!) dos anos 60, que fugiram do país invivível em que aqueles eram reis e senhores e, trabalhando no duro e nas condições que se sabe, financiaram (até hoje) a dita economia sem exigir nada em troca. Nem mesmo o reconhecimento e os elogios da imprensa económica, que hoje venera os primeiros e muito se comove com os "enxovalhos" que sofreram em 75. E se os emigrantes sabem o que são enxovalhos - os de cá e os de lá.

ilustração de **PEDRO AMARAL**

